

MULHERES E SUAS GEOGRAFIAS EM UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Carmem Lúcia Costa

Universidade Federal de Catalão
orcid.org/0000-0002-6629-1512
E-mail: clcgeo@gmail.com

DOI: 10.35416/geoatos.v3i18.7960

Resumo

O presente artigo é produto de reflexões elaboradas durante a participação na mesa – Geógrafas Brasileiras: contextos e desafios – promovida pela Revista Geografia em Atos em junho de 2020. O texto apresenta uma elaboração de leituras no campo da Geografia e Gênero como Silva, Santos, Massey, Costa e outros/as com intuito de compreender melhor o processo histórico de inserção da mulher na Universidade brasileira e também dados de fontes secundárias para sustentar a análise de como as mulheres usam e se apropriam deste espaço. Por fim, o artigo aproxima-se do feminismo radical para mostrar que há um movimento de resistência anticapitalista, antirracista e decolonial no fazer geográfico de feministas em todo o país, especialmente na Universidade.

Palavras-chave: Universidade; Feminismos; Geografia.

WOMEN AND THEIR GEOGRAPHIES IN BRAZILIAN UNIVERSITIES

Abstract

This article is the product of reflections elaborated during the participation in the table - Brazilian Geographers: contexts and challenges - promoted by Revista GeoAtos in June 2020. The text presents an elaboration of readings in the field of Geography and Gender as Silva, Santos, Massey, Costa and others in order to better understand the historical process of insertion of women in the Brazilian University and also data from secondary sources to support the analysis of how women use and appropriate this space. Finally, the article approaches radical feminism to show that there is an anti-capitalist, anti-racist and decolonial resistance movement in the geographic making of feminists across the country, especially at the University.

Keywords: University; Feminisms; Geography.

MUJER Y SUS GEOGRAFÍAS EN LAS UNIVERSIDADES BRASILEÑAS

Resumen

Este artículo es producto de reflexiones elaboradas durante la participación en la mesa - Geógrafos brasileños: contextos y desafíos - promovida por Revista GeoAtos en junio de 2020. El texto presenta una elaboración de lecturas en el campo de la Geografía y el Género como Silva, Santos, Massey, Costa y otros para comprender mejor el proceso histórico de inserción de mujeres en la Universidad de Brasil y también datos de fuentes secundarias para apoyar el análisis de cómo las mujeres usan y se apropian de este espacio. Finalmente, el artículo aborda el feminismo radical para mostrar que existe un movimiento de resistencia anticapitalista, antirracista y descolonial en la formación geográfica de las feministas en todo el país, especialmente en la Universidad.

Palabras llave: universidad; Feminismos; Geografía.

Introdução

O presente artigo apresenta algumas reflexões desenvolvidas durante a atividade em comemoração ao dia do/a Geógrafo/a promovida na forma de uma mesa redonda pela Revista Geografia em Atos no mês de junho de 2020. A proposta da mesa era apresentar trajetórias de mulheres na Geografia brasileira, com enfoque nas conquistas e nas barreiras enfrentadas. Diante disso, elaborei este artigo com algumas análises sobre a participação de mulheres na Universidade brasileira e reuni algumas reflexões de autoras/es que abordam produção e percurso de mulheres na academia.

A primeira questão que aparece é sobre a inserção de mulheres na Universidade, os cursos “escolhidos”, as dificuldades para realizar a graduação acumulando uma série de outras funções – como o trabalho doméstico. A outra questão é a participação das mulheres na carreira docente, a produção científica, as conquistas e as dificuldades. Neste ponto, procuramos dados em fontes secundárias e escritos de autores/as que abordam este percurso, além de dados coletados em pesquisas que coordenamos e orientamos ao longo dos anos de docência.

Salienta-se que, apesar da crescente inserção das mulheres na academia, ainda são muitos os enfrentamentos vivenciados desde o acúmulo de tarefas e fazeres que se somam às exigências acadêmicas, até as situações de assédio sexual e moral dentro da Universidade, obrigando muitas mulheres a desistirem de seus cursos. Na Geografia, embora seja um curso na área de humanidades e com uma visão crítica forte, ainda não estamos livres destes empecilhos à formação de mulheres, bem como de um movimento que aumente o número de mulheres na docência universitária, onde ainda somos a minoria.

O lugar da mulher na Universidade brasileira

O primeiro ponto a considerar aqui é que nem sempre as mulheres possuem o poder de escolha do que vão estudar ou a carreira que vão seguir, um lugar que é dado aos homens num processo de formação em bases patriarcais. Desde a infância, às mulheres é destinada uma educação que se baseia na “vocação” materna, no cuidado, na delicadeza. Aos homens elementos como força, audácia, coragem são a base da formação, o que, conseqüentemente, reflete-se na escolha das profissões na vida adulta. Educados para conquistar o espaço público e o poder os homens utilizam o saber como instrumento para reafirmar o seu lugar de superior e subjugar as mulheres, como determina o patriarcado e o

pensamento colonial estabelecido como verdade absoluta. De acordo com Silva et al, “Trazer para arena do debate científico geográfico os saberes produzidos pelos ‘condenados da ciência’ (mulheres, negros, homossexuais) de forma emancipatória, significa instituir uma razão decolonial do saber científico e das práticas cotidianas que o sustentam.” (2015, p. 190), esta é a proposta aqui, apresentar uma leitura que possibilite reconsiderar o poder do saber para emancipar alguns/as e explorar outros/as e desconstruir práticas cotidianas presentes nas Universidades que só servem para sustentar a estrutura patriarcal da sociedade capitalista.

O patriarcado também estabelece lugares permitidos e não permitidos que somam-se à educação e, desta forma, reproduz isso no mundo da academia e no mercado de trabalho, interditando alguns cursos e profissões a mulheres, pois construiu-se que algumas tarefas não são de homens – como o trabalho doméstico – e outras não são de mulheres – como o trabalho na construção civil. Esta prática também é uma forma de manter o poder, aqui o saber científico, nas mãos de alguns homens brancos da burguesia, excluindo, principalmente, as mulheres negras do acesso ao conhecimento que poderia proporcionar emancipação. Sobre este ponto Santos (2009) argumenta que tanto o trabalho doméstico quanto a maternidade são barreiras enfrentadas pela mulher que quer estudar, além da construção de que a ciência, o estudo, não são, necessariamente, para elas. Para a autora,

O fato é que as mulheres foram incorporadas às profissões constituídas de prestação de serviços a outrem definidas ao longo da história como funções femininas; acrescente-se a isto que as ditas profissões, parece dispensar o conhecimento técnico-intelectual e, conseqüentemente, são menos remuneradas. Isso porque o sacerdócio de ser mãe está presente nestas ocupações. Inegavelmente, houve avanços bastante significativos. Significativos apenas porque são os primeiros e não porque estejam sendo muitos (SANTOS, 2009, p.48)

Desta forma, a maioria das profissões “permitidas” às mulheres, durante muito tempo, foram as com menor prestígio social e menores salários, portanto não exigiam formação superior e a Universidade continuou sendo o lugar de reprodução de um saber com bases coloniais e que servia ao projeto de classe de submeter o/a outro/a. Ainda hoje algumas destas profissões, como a de empregada doméstica, babá, cuidadora, são as menos valorizadas e onde não há uma exigência de formação qualificada. Mudanças neste cenário acontecem, mas ainda é difícil para a mulher estar no espaço acadêmico e buscar uma

formação que proporcione uma ascensão social, uma independência econômica e isso é um fator que sustenta o patriarcado e mantém a mulher em condição de dependência, suportando formas variadas de violência. Como nos lembra Federici, “Não é possível impor-se sobre outras pessoas sem rebaixá-las a um ponto em que até mesmo a possibilidade de identificação torna-se inviável.” (2017, p.386)

De acordo com Costa,

As bases para uma relação de poder entre desiguais estavam lançadas. Como nos lembra Raffestin, “O poder se manifesta por ocasião da relação” (1980, p. 53) e a ocasião histórica manifestava uma relação de poder desigual, mesmo que a resistência exista, a mulher foi colocada numa situação de submissão pois, como nos lembra o autor, “O campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações.” (Reffestin, 1980, p. 53). Mais adiante o autor nos lembra dos laços entre o poder e o saber o que nos leva a inferir que há um saber sobre a mulher produzido por homens e seus valores, um saber “de fora”, carregado de uma visão que é conivente com o lugar pertencente a ela, o que só invisibiliza ainda mais a situação de submissão e a constrói como natural, afinal a mulher é a mãe, a natureza, a cuidadora, a que tem vocação, a virgem (COSTA, 2017, p.7311).

As interdições reproduzem-se no espaço, estabelecendo que alguns espaços – como o privado – é da atribuição de mulheres e o espaço público, como espaço do exercício de poder, ao homem. Desta forma, a Universidade, como um espaço de poder, teve que ser conquistada com muita luta pelas mulheres e, ainda hoje, não foi apropriada de forma integral pois alguns cursos ainda são interditos às mulheres. Somente a partir da década de 1970 no Brasil é que mulheres começaram a se apropriar dos espaços acadêmicos em maior número, reconfigurando o espaço universitário e, nos governos do Partido dos Trabalhadores – entre os anos de 2002 a 2016 – com mudanças na forma de ingresso e as políticas de cotas, a cara da Universidade brasileira mudou, sendo cada vez mais um espaço de mulheres.

De acordo com Guedes,

O ensino universitário se destaca no processo mais amplo de escolarização feminina como um importante marco pois sempre esteve mais diretamente relacionado à maior presença no mundo público e à aquisição não apenas de habilidades para o mercado de trabalho, mas também de novos valores e práticas. A importância dessa questão na estruturação de relações de gênero mais equânimes se reflete no fato de que, historicamente, essa foi uma bandeira que uniu as diversas correntes do movimento feminista (GUEDES, 2008, p.121).

A entrada na Universidade marca uma conquista importante para as mulheres. No entanto, chegar neste espaço não necessariamente significa apropriar-se dele de forma plena. A Universidade, mesmo com uma cara e uma cor diferentes nos anos recentes, continua sendo um significante de poder e o saber colonial ainda é o que determina os caminhos do ensino e da pesquisa nestes espaços. Esta mudança ocorreu, com mais intensidade, a partir dos anos de 1970 no Brasil com entrada maciça de mulheres no mercado de trabalho em função de um momento de modernização econômica e uma pressão do feminismo por uma redefinição do lugar da mulher na sociedade. De acordo com Rago, uma pesquisa realizada no Brasil – A mulher brasileira nos espaços públicos e privados, da Fundação Perseu Abramo – argumenta que,

(...) a maioria considera de fundamental importância a inserção no mercado de trabalho, a independência econômica, a possibilidade de tomar decisões e agir livremente, dissociando, pois, sua definição de gênero da ideia de maternidade. Ser mulher, no século XXI, deixou de implicar necessariamente gravidez e parto, o que traduz uma enorme ruptura com a ideologia da domesticidade (RAGO, 2004, p.33).

Não podemos deixar de lembrar que dentre as mudanças que ocorreram, a Universidade tornou-se, cada vez mais, um lugar desejado para as mulheres que podiam romper com o projeto patriarcal de ser mulher e o saber é um elemento fundamental na reconfiguração da relação de poder entre homens e mulheres. Já no século XIX Engels apontava para a necessidade da saída da mulher do espaço privado como um movimento emancipatório. Em suas palavras:

Isso demonstra que a emancipação da mulher e sua equiparação ao homem são e continuarão sendo impossíveis, enquanto ela permanecer excluída do trabalho produtivo social e confinada ao trabalho doméstico, que é um trabalho privado. A emancipação da mulher só se torna possível quando ela pode participar em grande escala, em escala social, da produção, e quando o trabalho doméstico lhe toma apenas um tempo insignificante. Essa condição só pode ser alcançada com a grande indústria moderna, que não apenas permite o trabalho da mulher em grande escala, mas até o exige, e tende cada vez mais a transformar o trabalho doméstico privado em uma indústria pública (ENGELS, 2012, p. 204).

Lamentavelmente o trabalho doméstico privado transformou-se em uma indústria pública em vários ramos, como a alimentação por exemplo; mas nem todas as mulheres

conseguem ter acesso a estes serviços e seguem sendo as principais responsáveis pelo trabalho em casa. De acordo com Costa, outra contradição se coloca alcançando estas mulheres, principalmente as trabalhadoras. Para a autora,

Com a inserção no mundo do trabalho, ao contrário do que previa Engels, as mulheres na atual sociedade não se libertaram do trabalho doméstico, mas sim ampliaram sua participação na produção de mais valia, sendo agora exploradas através neste e na produção direta, o que, sem dúvida, contribui para que os salários pagos a estas sejam menores. Infelizmente, o capitalismo reproduz o patriarcado em novos níveis e agrega a mulher novos papéis que não a aliviam dos trabalhos domésticos, portanto não há redução do tempo de trabalho gasto no espaço privado e sim uma sobreposição de jornadas de trabalho – no espaço privado e no espaço público (COSTA, 2017, p.7313).

A partir destas reflexões, podemos inferir que os afazeres domésticos acabam sendo um empecilho para que mais mulheres estudem e se dediquem mais a escola e a Universidade. Entre as meninas que estudam no ensino fundamental e médio muitas são as horas dedicadas ao trabalho em casa o que compromete muito o seu desempenho escolar. Na Universidade, muitas discentes, principalmente as casadas e com filhos, apontam que o tempo gasto nas atividades no lar comprometem a dedicação aos estudos, apontando, novamente, que as barreiras impostas pelo patriarcado prejudicam o desempenho de muitas mulheres na academia, inclusive não permitindo uma maior participação em eventos, projetos, trabalhos de campo e outras atividades.

Ao tratarmos destas questões é importante salientar que o quadro não é o mesmo para as mulheres negras que continuaram ainda por mais tempo – e muitas ainda ocupam este lugar – na submissão e excluídas tanto do mercado de trabalho formal com melhores salários, como do acesso ao saber como instrumento de emancipação, muitas ainda presas ao trabalho doméstico dentro e fora de casa, sem uma possibilidade de identificação com estas pautas do feminismo liberal.

Mas para uma parcela considerável de mulheres, este movimento permitiu a chegada na Universidade em número cada vez maior. Isso nos mostra que o feminismo é cada vez mais necessário, principalmente em sua forma radical que proporciona às mulheres que conseguiram chegar na Universidade um debate que objetiva desconstruir as bases coloniais do pensamento e abrir este espaço para mais pessoas, produzindo um saber que coloca em xeque o patriarcado que impõe ao corpo das mulheres uma barbárie que sustenta o capitalismo.

Chegamos à Universidade...

Hoje as mulheres representam a maior parte dos/as discentes matriculados/as no ensino superior no Brasil, como mostram os dados do INEP (2019), as mulheres representam 55,2% de discentes matriculados em 2017, ano da última coleta de dados. De acordo com Guedes,

A expansão da escolaridade no Brasil – assim como o aumento do número de vagas oferecidas nas universidades desde a década de 1970 – foi um fenômeno observado em maior intensidade no contingente populacional feminino. Nesse curto período, as mulheres conseguiram reverter um quadro de desigualdade histórica e consolidar uma nova realidade, em que são mais escolarizadas que o contingente masculino. (GUEDES, 2008, p. 118).

Mas, até que ponto estar em maior número em um espaço faz deste um lugar de acolhimento? Qual é o preço que pagamos para estar na Universidade? Como é a apropriação e o uso deste espaço pelas discentes? Como nos lembra Silva, César e Pinto, “A simples inclusão das mulheres, negros e homossexuais na produção do saber científico não basta para transformarmos a lógica da hegemonia. Isso porque a inclusão pode ser perversa e significar uma nova forma de assimilação da cultura científica hegemônica moderna.” (2015, p. 190) Desta forma, chegar a Universidade é apenas mais um passo para vencer outros desafios que estão postos para aquelas que ousaram chegar até aqui e um destes desafios é o contato com a cultura científica colonial e hegemônica.

Após vencer a barreira de acesso – uma vez que ainda são muito poucas as mulheres que chegam na Universidade – as mulheres parecem chegar apenas em alguns cursos permitidos, alguns espaços onde o desprestígio e a associação histórica com um “fazer de mulher” permitem a presença feminina. Os dados do INEP (2019) também revelam que a maioria das discentes estão em cursos ligados ao cuidado, como Enfermagem e Psicologia, e nas licenciaturas, como na Geografia. De acordo com o relatório, ainda, cursos como medicina, nutrição, serviço social, odontologia, farmácia, fisioterapia, direito e administração são, predominantemente, compostos por mulheres. Se fizermos o recorte entre Universidades públicas e privadas, cursos de maior prestígio como medicina, são ocupados por mulheres na maioria em instituições privadas, sendo que nas públicas os maiores índices de discentes são em cursos de licenciatura. Já os homens são maioria nos cursos de Engenharias, Educação Física e Empreendedorismo.

Revista Geografia em Aios, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UINESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 210-226, maio-ago. Ano 2020.

ISSN: 1984-1647

Em pesquisa realizada por nós na Universidade Federal de Catalão no ano de 2019, identificamos dados bem próximos, mostrando uma maior participação de mulheres nos cursos de licenciatura e na Enfermagem e Psicologia. A pesquisa também nos apresentou dados interessantes sobre como as mulheres se inserem, em maior número sim, mas dentro de regras ditadas, ainda, por homens que ocupam a maior parte dos cargos de gestão. Assim temos que mulheres precisam se desdobrar para cumprir metas e índices impostos de forma estranha às suas necessidades, o que acaba gerando muito adoecimento entre as discentes.

De acordo com Costa,

Observamos que as mulheres são maioria no ensino superior, porém ocupam as áreas mais ligadas às ciências humanas e a educação, ficando as chamadas áreas de “maior prestígio” – ou as “ciências duras” – ainda sobre o domínio masculino. Essa é uma estratégia da ordem distante que procura normatizar, ordenar e programar a vida e os desejos, no caso os caminhos profissionais de homens e mulheres a partir do estabelecimento do que é “trabalho de homem” e “trabalho de mulher”, reforçado nas práticas cotidianas de educação de homens e mulheres, nas brincadeiras, nas habilidades, na produção de subjetividades, identidades, etc. (COSTA, 2020, p. 19-20).

Desta forma, temos que a entrada na Universidade coloca as discentes em mundo extremamente competitivo e, infelizmente, muito machista, ainda. Para aquelas que desafiam a ordem imposta e entram para os cursos das chamadas “áreas duras” os relatos de situações de assédio são uma constante marcadas por misoginia, sexismo e outras práticas que insistem em compor a vida acadêmica. Mesmo em cursos de licenciatura, como na Geografia, não é raro observar tais situações também, como em trabalhos de campo onde, por várias vezes, ouvimos relatos de discentes que foram vítimas de chacotas e misoginia em comentários como “campo não é lugar de mulher” ou ainda “não venham para o campo de sapato de salto” ou mesmo “isso não é trabalho de mulher”; estas situações se repetem nos laboratórios, nos projetos de pesquisa e mesmo em sala de aula.

Além destas dificuldades, as discentes também enfrentam outras como conciliar o trabalho no espaço público, com os afazeres domésticos, o casamento, os filhos e os estudos. Na pesquisa que realizamos na UFCAT, com a aplicação de um questionário sobre situações que geram adoecimentos nas discentes, a dificuldade relatada por elas é exatamente esta, o que acaba gerando menos tempo para se dedicar aos estudos, menos oportunidades de participar de projetos de pesquisa e extensão e menos possibilidades de seguir na carreira acadêmica, isso é claro, para as discentes casadas e com filhos. A falta de

políticas por parte da maioria das Universidades como auxílio com bolsas para mães, creches ou espaços onde os filhos possam ficar durante as aulas é uma barreira a ser vencida ainda. Algumas alunas são obrigadas a assistir aulas com os/as filhos/as em sala de aula, pois não têm com quem deixar as crianças e isso é sempre constrangedor, sendo que em alguns casos, docentes não permitem a permanência em sala. A resistência dos companheiros também é outro elemento que as discentes apresentam, uma vez que muitos não vêm com bons olhos a mulher que estuda e acabam produzindo uma série de situações que promovem o abandono da Universidade.

As discentes solteiras relataram como a maior dificuldade o assédio, que segundo elas, acabam por, também, excluir de projetos e bolsas aquelas que não aceitam a situação. Muitas também precisam deixar suas famílias em outras cidades, passam a morar sozinhas e arcam com o trabalho doméstico, que acaba consumindo um tempo que poderia ser usado para os estudos. A solidão associada à pressão por bons resultados acadêmicos são fatores de adoecimento para muitas delas, na maioria jovens que experimentam pela primeira vez o distanciamento da família e amigos. O comportamento machista dos colegas também foi apontado pelas discentes e não é difícil vivenciar na Universidade momentos de misoginia e machismo explícitos em comentários nas salas de aulas, corredores e outros espaços; as piadas e as “cantadas” também são muito presentes e, em alguns casos, até com apoio de docentes, o que acaba legitimando o comportamento dos alunos para com as alunas, deixando-as ainda mais constrangidas.

O esforço para conseguir se superar e ter boas notas, participar de projetos de pesquisa e extensão e publicar é parte do universo de discentes que têm condições para tal. Parece ser sempre necessário fazer mais e melhor, num movimento de mostrar que, mesmo sendo mulher, conseguem estar no mesmo nível que os homens, dentro da lógica imposta que é masculina. Isso é um gatilho para situações extremas de tentativas de suicídio, quadros de stress, depressão, insônia, irritabilidade e, também, para a evasão. Saffioti argumenta que,

No campo do gênero, os homens como categoria social têm liberdade quase absoluta, desfrutam de autonomia, conceito político, coletivo, cujo significado é não necessitar pedir licença à outra categoria de sexo para realizar seus projetos, seus desejos. Já as mulheres como categoria social precisam solicitar autorização à primeira categoria. Isto reforça o argumento de que a independência pessoal, ainda que importante, não é suficiente para transformar a ordem patriarcal de gênero em uma ordem igualitária de gênero. Se a autonomia é privilégio de apenas uma categoria

social de sexo, fica patente a hierarquia e, portanto, a desigualdade. A igualdade só pode ser obtida por meio da conquista da autonomia por parte das mulheres (SAFFIOTI, 2004, P. 50).

Mulheres parecem sempre precisar do aval de homens para ocupar a Universidade e, mesmo estando no mesmo espaço, parecem precisar sempre fazer mais, tirar as melhores notas, ter destaque, mas como a autora argumenta não é o suficiente. A autonomia é um processo em construção e observamos o importante papel que os coletivos feministas ocupam neste processo, obrigando a academia a rever muitas de suas práticas como o assédio e a elaborar políticas para atender às necessidades das discentes. O feminismo radical está colocando as Universidades em movimento para ressignificar os espaços, as relações de poder, os lugares ocupados, questionando o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado; questionando, como nos lembra Arruzza et al (2019, p. 17) “a lógica militarizada de vida que mata e encarcera corpos de homens e mulheres negros e pobres, aos trabalhos mais precários, à informalidade e à pobreza.” E acrescentamos aqui a lógica do saber colonial que ainda marca o espaço acadêmico.

Apesar de todas as dificuldades narradas, as mulheres são a maioria de concluintes de acordo com o Educacenso INEP (2017), representam 61,1%. Isso demonstra que a Universidade é entendida como um caminho para melhorar as condições de vida, para inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, a independência financeira, que ainda é uma luta do feminismo liberal e, embora apresente problemas como os narrados por bell hooks e Arruzza, ainda se mostram como um caminho a ser trilhado por muitas mulheres. Neste percurso, a docência é, ainda, o maior campo de trabalho ocupado e a seguir vamos discorrer sobre as mulheres que escolheram a docência superior como profissão e, desta forma, continuaram no espaço da Universidade.

E nós ficamos na Universidade: mulheres na docência

Muitas alunas entram e vencem as barreiras e vão para a docência. De acordo com o Educacenso INEP (2017) as mulheres são a maioria no ensino fundamental e médio, e são a maioria na docência na área de Geografia. Majoritariamente no ensino infantil, as mulheres são as “tias” realizando um trabalho muito próximo do cuidado, sendo muito desvalorizadas enquanto profissionais e em termos salariais. Interessante que, à medida que o salário aumenta, diminui a participação feminina na docência, chegando a Universidade

onde os salários e o prestígio é maior. Desta forma, o menor número de mulheres docentes na academia já revela uma trajetória que abarca as dificuldades que enfrentamos como alunas e, ao persistirmos em ficar neste espaço, as barreiras não foram totalmente derrubadas, pelo contrário, multiplicam-se.

Os homens representam, de acordo com Educacenso INEP (2017) os homens na docência superior representam 54,2% e concentram-se, seguindo a lógica já apresentada, nos cursos das áreas de exatas, engenharias e cursos tecnológicos e nos cursos de bacharelados. Observa-se que a concentração das mulheres é em cursos de licenciatura, na área da saúde e em cursos como administração, psicologia, nutrição e outros, seguindo um movimento próximo ao de discentes. Ainda de acordo com dados do Educacenso INEP (2017) 45,5% dos docentes em Universidades brasileiras – públicas e privadas – são mulheres, mas não há um dado específico sobre a participação de mulheres nos cursos de Geografia. O que temos são alguns trabalhos isolados sobre realidades de alguns cursos e sobre a produção científica, este último um trabalho realizado por Silva e pesquisadores/as do grupo coordenado por ela, o GETE (Grupo de estudos territoriais).

Na pesquisa que coordenamos na UFCAT observamos também alguns dados que corroboram outras pesquisas, como a maioria de mulheres em cursos de licenciatura, nos cargos de docente substituto e pouca participação nos cargos de gestão. Embora atualmente a UFCAT tenha uma reitora pró tempore mulher, poucos outros cargos são ocupados por mulheres, como pro reitorias, chefias, coordenações, etc. Atualmente, esta Universidade conta com 317 docentes, sendo 289 efetivos e 28 temporários, 124 do total são mulheres, ou seja, quase 60% dos docentes são homens. Este fato colabora para uma composição masculina do Conselho Universitário, órgão deliberativo das principais questões da Universidade. Como bem nos lembra Silva “Nós mulheres somos engolidas pelo patriarcado diariamente que, inclusive, rege o espaço acadêmico.” (2019, p.28) No curso de Geografia desta Universidade, temos um quadro de 16 docentes, sendo 7 mulheres e apenas uma em cargo de gestão na Unidade de Geografia.

Apesar de todas estas diferenças, parece não haver muita tensão sobre a desigualdade produzida.

É comum cientistas negarem a iniquidade de gênero no processo de produção científica, inclusive, para nosso pesar, por parte de várias mulheres que fazem parte do mundo acadêmico. As alegações para justificar a equidade de gênero na produção científica baseiam-se nos

seguintes argumentos: homens e mulheres estão submetidos à mesma carreira docente, recebem salários iguais, trabalham nas mesmas instalações, estão sujeitos às mesmas exigências de produtividade e carga-horária de trabalho. O recorte da produção científica baseado apenas no espaço universitário esconde parte do mecanismo de gênero que diferencia as condições do trabalho acadêmico entre homens e mulheres, criando assim uma pretensa equidade de condições de produção científica (SILVA, et al, 2015, p. 191).

É importante lembrar que todas as barreiras narradas para as discentes se repetem de algum modo aqui, então estamos falando de docentes que precisam realizar o seu trabalho – no espaço público da Universidade – e os afazeres domésticos, o cuidado com a casa, os filhos e outros parentes, a responsabilidade de organizar todas estas tarefas que exige um grande esforço físico, mas principalmente, mental. Esta realidade nos coloca em desigualdade em alguns pontos da carreira acadêmica e, neste momento que vivemos uma pandemia de COVID-19, esta realidade tornou-se ainda mais pesada para as docentes.

As condições de trabalho das docentes não são iguais a de seus colegas homens, muito pelo contrário, e tal fato aparece nas produções em periódicos com melhor avaliação (Qualis/CAPES), como bem aponta Silva et al (2015) demonstrando que a produção nestas revistas é majoritariamente de artigos de docentes homens, no caso da Geografia. Ainda de acordo com esta pesquisa, mulheres publicam mais em revistas com menor qualis/CAPES e, não necessariamente, a questão do uso e da apropriação da Universidade e de outros espaços são temas de pesquisas entre estas docentes. Também os autores homens são mais citados e as ementas das disciplinas acabam revelando esta superioridade masculina. Silva apresenta alguns dados sobre esta realidade,

Observem que nos periódicos melhor classificados no ranqueamento do Sistema Qualis-CAPES, estratos A1 e A2, há muita diferença entre homens e mulheres. No estrato A1 temos 70% de autores homens e apenas 30% de mulheres. No A2 63% de homens e apenas 37% de mulheres, no estrato B1 ainda temos diferenças e ela diminui nos estratos de menor posição (PEDROSO et al, 2019, p. 43).

A igualdade salarial tende a esconder elementos do cotidiano que interferem no trabalho docente e na sua especificidade e isso pode ser observado em dados de um Levantamento realizado pelo Movimento Parent in Science durante o isolamento social relativo à Covid-19 e que mostra as dificuldades enfrentadas para a realização do trabalho durante a pandemia. De acordo com este estudo, as mulheres com filhos estão sendo as mais afetadas pelo período, demonstrando o peso do trabalho doméstico em tempos de

isolamento social, quando as famílias estão em casa, o que exige muito mais das mulheres que não possuem uma parte de sua rede de apoio nos afazeres, como escolas, creches, babás. Com isso, o índice de produtividade acadêmica destas docentes caiu consideravelmente, como aponta o levantamento, onde apenas 47,4% das docentes mães conseguiram submeter artigos em revistas no período, enquanto entre os homens sem filhos este índice é de 76%. Quando acrescentamos o recorte racial as mulheres negras e mães são as mais penalizadas.

A pandemia só tornou mais visível o que todas nós já sabemos, que não é fácil trabalhar em casa acumulando as atividades da Universidade com as demandas do lar, com filhos, com pais idosos, marido. O mundo da academia é muito exigente, há que se dedicar a preparar e ministrar aulas, orientar, supervisionar estágios, participar de bancas, emitir pareceres, coordenar pesquisas, projetos de extensão e a publicar artigos, capítulos e livros, além, em alguns casos, de ainda assumir cargos de gestão. No Brasil, os órgãos de financiamento e avaliação de programas de pós graduação exigem cada vez mais, sobrecarregando as mulheres que escolhem a carreira universitária, tornando cada vez mais complexo equilibrar as atividades de labor, lazer, vida cotidiana, descanso; tudo isso contribui para os altos índices de adoecimento entre as docentes no país.

A pesquisa realizada por Silva et al aponta que,

Nos dias de semana homens e mulheres dedicam a mesma quantidade de tempo às atividades de docência, pesquisa e extensão. Contudo, mulheres dedicam mais tempo que homens na reprodução familiar. Este tempo é retirado do lazer, cuidado pessoal e ócio por parte das mulheres. As atividades domésticas são consideradas trabalho e, sendo assim, há um excedente de horas de trabalho feminino em relação ao masculino. (SILVA, et al, 2015, p. 196-197).

Assim como todas as mulheres trabalhadoras, as docentes acumulam funções e despendem grande quantidade de tempo em afazeres que são socialmente de menor prestígio e visibilidade. Como afirma Antunes,

A mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade de trabalho duplamente, dentro e fora de casa, ou, se quisermos, dentro e fora da fábrica. E, ao fazê-lo, além da duplicidade do ato do trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital: desde logo por exercer no espaço público seu trabalho produtivo no âmbito fabril. Mas, no universo da vida privada, ela consome horas decisivas ao trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não diretamente mercantil, em que se criam as condições

indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos/as e de si própria. Sem essa esfera da reprodução não diretamente mercantil, as condições de reprodução do sistema do metabolismo social do capital estariam bastante comprometidas, se não inviabilizadas (ANTUNES, 1991, p. 108-109).

Mas, mesmo diante deste cenário em que se encontram as trabalhadoras e, em especial as docentes, esta realidade não alcança as produções acadêmicas e ainda são muito pouco tensionadas no cotidiano das academias, seja através de publicações, disciplinas e mesmo pelo movimento sindical, que nem sempre adota a pauta feminista como sua.

Pesquisar e escrever sobre mulheres e outras identidades de gênero fora do padrão racional, colonial e hetero não é uma prática recorrente, afinal como argumenta Silva,

Nossa cultura de produção de saber científico acredita que o conhecimento é produzido pela razão, por mentes separadas dos corpos, das emoções, dos valores e das experiências. Produzir teorias desencarnadas e não localizadas no tempo e no espaço afirma a racionalidade masculina branca como universal, retirando de outros sujeitos de saberes a autoridade científica. Quando aceitamos estas regras do jogo científico e afirmamos a posição de poder atribuído ao sujeito de referência (constituído como masculino, burguês, branco e heterossexual), criamos uma ciência incapaz de acolher as diferenças, porque tudo que não é concebido a partir da autopercepção do sujeito de referência, é considerado desviante, anormal e sentenciado à eliminação (SILVA, 2020,181).

Mas há um sinal de mudança em curso. Cada vez mais mulheres entram na Universidade dispostas a questionar a norma, a produzir um saber decolonial, ressignificar padrões, romper com o silêncio diante do assédio. Devemos muito ao feminismo radical que as jovens trazem para a Universidade nos últimos anos, dando uma nova forma de fazer ciência e espaço, lutando por uma pauta antirracista, feminista, anticapitalista, nos lembrando que o “feminismo é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão” (hooks, 2019, p.17). A Geografia tem contribuição na pauta do feminismo radical, uma nova onda de um “feminismo combativo que está redescobrando a ideia do impossível, reivindicando pão como rosas: o pão que décadas de neoliberalismo tiraram de nossas mesas, mas também a beleza que nutre nosso espírito por meio da euforia da rebelião.” (ARRUZZA, et al, 2019, p. 36).

Por fim, retomamos Milton Santos (1996) que já nos lembrava em sua obra – *A Natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção* -, que há um “burburinho”, que ninguém vê, mas é cada vez mais pungente, mais forte e produzindo uma resistência,

existindo e produzindo um outro espaço. Esse burburinho é o que as mulheres na Universidade fazem cotidianamente muito além do que o Lattes pode mostrar.

Considerações Finais

Ao ser convidada para a mesa sobre o dia da/o Geógrafa/o para uma mesa – Geógrafas brasileiras: contextos e desafios – promovida pela Revista Geografia em Atos, em espaço virtual, com as companheiras Larissa, Roseli e Vanessa revisitei minha trajetória de vida e trabalho na Universidade. Ao final do percurso, ouvindo minhas colegas na mesa, os relatos de uma realidade que nos cobra tanto, nos normatizam, nos oprime são a comprovação do que nos cerceia. Mas a potência de encontros como este nos leva também a valorizar todo um percurso de várias professoras de Geografia em diversas instituições que produzem um saber no outro lado da margem.

A Universidade como possibilidade de transformação está sempre posta! A radicalidade do movimento feminista retoma um movimento de crítica do capitalismo, do patriarcado e do pensamento colonial mostrando fissuras por onde passa o desejo de uma outra sociedade mais justa para todas as mulheres, afinal “A luta é tanto uma oportunidade como uma escola”(ARRUZZA, et al, 2019, p. 94) Na luta seguimos.

Referências

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99% - um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1991.

COSTA, Carmem Lúcia. Estado e estratégias de reprodução do patriarcado no século XXI. In: **Anais ENANPEG – Geografia, ciência e política: do pensamento à ação, da ação ao pensamento**. Porto Alegre, 2017.

COSTA, Carmem Lúcia. **Cultura, religiosidade e comércio na cidade: a festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário**. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH, 2010.

COSTA, Carmem Lúcia. Mulheres fazendo balbúrdia: uso e apropriação do espaço na Universidade Federal de Catalão (GO). In: PORTUGUEZ, Anderson Pereira; COSTA, Carmem Lúcia Costa, MIYAZAKI, Leda Correia Pedro. **Balbúrdia geográfica: natureza,**

produção, uso e apropriação do espaço no campo e na cidade. Ituiutaba: Barlavento, 2020.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FERREIRA, Renata W. G.; SILVA, Janaína C.; SOUZA, Tatiana M. C.; COSTA, Carmem L. **A escuta do sofrimento psíquico na Pandemia da Covid-19.** *Jornal Opção*, Goiânia - GO, p. 01 - 01, 27 mar. 2020. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/a-escuta-do-sofrimento-psiquico-na-pandemia-da-covid-19-244260/>

GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a idéia da universidade como espaço masculino. In: **Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos.** Rio de Janeiro, vol. 15, junho de 2008.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo. Políticas arrebatadoras.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

INEP. Resumo técnico do censo da educação superior 2017. Disponível em: file:///F:/Desktop/dados/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2017.pdf

MASSEY, Doren B. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

MOVIMENTO PARENT IN SCIENCE. PRODUTIVIDADE ACADÊMICA DURANTE A PANDEMIA: Efeitos de gênero, raça e parentalidade, 2020. Disponível em: https://327b604e5cf4492b910be35e2bc67511.filesusr.com/ugd/0b341b_81cd8390d0f94bfd8fcd17ee6f29bc0e.pdf?index=true

PEDROSO, Mateus Fachin; SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista; CESAR, Tamires Regina A. de Oliveira; PINTO, Vagner André Moraes; SILVA, Edson Armando. Mulheres na construção do pensamento geográfico? Um encontro entre a AGB – PP ‘Bertha Becker’ e Joseli Maria Silva. **Terra Livre**, v. 1, n. 52, jan.-jun./2019.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RAGO, Margareth. Ser mulher no século XXI ou Carta de Alforria. In: VENTURINI, Gustavo, RECAMÁN, Marisol e OLIVEIRA, Sueli (orgs). **A mulher brasileira nos espaços público e privado.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004)

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero e patriarcado: violência contra mulheres. In: VENTURINI, Gustavo, RECAMÁN, Marisol e OLIVEIRA, Sueli (orgs). **A mulher brasileira nos espaços público e privado.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004)

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus.** Coimbra: Edições Almedina, 2020.

SANTOS, Elza Ferreira. **Mulheres entre o lar e a escola: os porquês do magistério.** São Paulo: Annablume, 2009.

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 210-226, maio-ago. Ano 2020.

ISSN: 1984-1647

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço – técnica e tempo; razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Joseli Maria. “Relatos de si”: eu, a geografia e o indizível no campo científico. In: **Caderno Prudentino de Geografia**, vol. 2, n. Especial “Múltiplas e microterritorialidades nas cidades, p 173-189, junho, 2020.

SILVA, Joseli Maria. CÉSAR, Tamires R. A. de Oliveira e PINTO, Vagner André Moraes. Gênero e Geografia brasileira: uma análise sobre o tensionamento de um campo do saber. In: **Revista ANPEGE**, vol. 11, n 15, 2015.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José; JÚNIOR CHIMIN, Alides Baptista. O legado de Henri Lefebvre para a constituição de uma geografia corporificada. In: **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, n. 41, v. 3, Dossiê “Geografias interseccionais: gênero, raça, corpos e sexualidades. Jul-dez, 2019. Disponível em: <file:///F:/Desktop/artigos%202019/artigo%20joseli%20sobre%20lefebvre.pdf>

Sobre a autora

Carmem Lúcia Costa

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás - Catalão (1992) e mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás - Goiânia (1998). Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2010). Atualmente é professora da Universidade Federal de Catalão. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana, Geografia e Educação, Geografia, Gênero, Trabalho e movimentos sociais. Professora do Programa de Pós-graduação em Geografia UFCAT. Professora do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos - UFG/Goiânia. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Dialogus - Estudos Interdisciplinares em Gênero, Trabalho e Cultura. Atualmente é aluna do Curso de Bacharelado em Psicologia na UFCAT

Como citar esse artigo

COSTA, Carmem Lúcia da. Mulheres e suas Geografias em Universidades Brasileiras. In: **Revista Geografia em Atos (GeoAtos online)**, v. 03, n. 18, p. 210-226, maio-ago, 2020. DOI: 10.35416/geoatos.v3i18.7960

Recebido em: 2020-07-25

Aceito em: 2020-07-30